

A POLÍTICA DO AMBIENTE: UM DESASTRE ECOLÓGICO

João de Quinhones Levy (*)

As conclusões da cimeira Europeia para o emprego, realizada este ano no nosso País, evidenciaram o falhanço das políticas laborais na Europa. Apesar do desemprego aumentar, os países da Comunidade mantêm teimosamente as práticas proteccionistas, assentes numa legislação arcaica e inadaptada aos actuais mercados mundiais.

A política Nacional de Ambiente que este Governo está a seguir, é bem demonstrativa destas práticas. Sendo o pleno emprego e o ambiente grandes objectivos de qualquer Governo pelas repercussões a nível económico, de bem estar e de saúde pública e, porque não dizê-lo, por razões eleitoralistas, nada mais natural que reduzir a taxa de desemprego à custa da dinâmica do Ambiente. Juntando o “útil ao agradável”, aproveitará a expansão desta área económica, para criar novos empregos, negócios, e empresas, que incentive nichos de investigação e invista fortemente na formação de técnicos.

Ao analisarmos as decisões que este Governo tem tomado vemos que, mais uma vez, se perde uma oportunidade para desenvolver o tecido empresarial português. A política nacional actual é um retrocesso às políticas estatizantes e centralistas do antigamente. Apesar de há muito se ter concluído que os serviços públicos são uns sorvedores do Orçamento do Estado e que grandes empresas públicas se tornam rapidamente elefantes brancos, este Governo esquece a história passada.

(*) Professor Associado no IST
Presidente do Grupo ECOSERVIÇOS

De uma visão municipal descentralizada, investindo nas regiões e nos municípios como forma de desenvolver o País, com património e finanças próprias e atribuições bem explícitas na gestão dos sistemas de saneamento básico, passou-se a uma política centralizadora. De uma chamada aos privados para colaborarem na gestão dos sistemas de saneamento básico, passou-se a uma gestão pública e monopolista. Gradualmente, passo a passo, a Administração Central, passou a controlar os principais sistemas nacionais de Saneamento Básico. Aos municípios cabe agora apenas um papel: pagar os serviços ao preço que a empresa de capitais públicos detida maioritariamente pelo IPE, definir. Aos privados, apenas financiar. Empresas de engenharia na área de serviços deverão mudar de ramo.

Será um exagero? Certamente que não, voltemos uns anos atrás e relembremos como começou este processo.

Nos fins da década de 70, aos municípios foi atribuída a responsabilidade de gerir os sistemas de saneamento básico. A prática cedo mostrou que a gestão municipal, salvo casos perfeitamente identificáveis, apresentava baixas eficiências com resultados qualitativos pouco abonatórios. A impossibilidade de uma gestão empresarial a par de uma falta de experiência e perfil, levou a que vinte anos após, os níveis de atendimento se mostrassem reduzidos. Com o fim de ultrapassar tal situação, em 1993, o Governo à data aprovou uma alteração à lei de delimitação de sectores que permitiu o acesso dos privados à gestão dos sistemas de água, esgotos e resíduos sólidos. A par com tal alteração foi lançado um convite aos privados para participarem, para se encherem de coragem e enfrentarem este novo desafio. A resposta empresarial foi altamente positiva, grandes grupos criaram empresas próprias para o mercado das concessões, as multinacionais do sector entraram no País, pequenas empresas Portuguesas do sector alinharam-se e responderam também afirmativamente.

Em resumo, à prática empresarial de consultadoria e de construção e montagem de equipamentos sobejamente comprovada, os privados davam uma resposta positiva à nova área das concessões e de exploração de sistemas.

A Administração pública abandonava, enfim, a prática tão enraizada de tentar tudo fazer e de aumentar sempre de peso, a troco de um serviço caro e pouco eficiente.

Acreditou-se que se iria inverter esta prática, que o Estado iria assumir mais a função de agente dinamizador, coordenando e fiscalizando, e deixando para os privados o papel de executante.

Se essa foi a intenção, durou pouco: o peso do aparelho, os altos quadros da Administração, o medo de perder importância e até o papel paternalista, cedo deu um golpe naquelas intenções.

Criou-se artificialmente a divisão dos sistemas de tratamento de água em alta e em baixa e por decreto-lei limitou-se os privados aos sistemas em baixa.

Às empresas de capitais públicos nada foi vedado. Numa primeira fase, contudo, um acordo de cavalheiros estabeleceu os campos de intervenção, todos se recordam certamente da tentativa abortada da EPAL em concorrer ao concurso de Setúbal, impedida pela anterior Ministra do Ambiente.

Foi sol de pouca dura! Como estratagem, criou-se uma nova empresa detida pelo IPE que passou a concorrer em baixa, em concorrência com as empresas privadas.

E como concorrer mesmo assim não é seguro, deu-se mais um passo, criaram-se empresas de águas, esgotos, resíduos sólidos às quais se atribuiu a responsabilidade da gestão destas infra-estruturas. Gestão, essa, que se inicia no projecto, obrigando os Municípios a integrarem as novas empresas sob pena de não verem as suas infra-estruturas financiadas. De uma empresa passou-se a mais de uma dezena. A explicação foi sempre a mesma, é a única forma de financiar as obras através dos fundos comunitários. Será que é? E mais se pergunta, porquê também a gestão? Porque é que após a construção não se lança um concurso público de prestação de serviços ou de arrendamento? Porque não se recorre aos privados para gerirem estes sistemas?

Voltando à questão do emprego, considera o Governo que com esta prática resolve os problemas ambientais e que assegura a melhor gestão dos sistemas? Será que a história das empresas públicas e dos serviços públicos não é suficientemente clara

para que se conclua da baixa eficiência dos sistemas geridos pelas empresas públicas?

Porque será que o Estado não assume as funções que lhe são devidas e que só ele pode assumir. Quem defende o consumidor, se não houver uma entidade reguladora independente das entidades gestoras! Não se diga que esta existe e que já foi criada, pois que sendo o Instituto Regulador nomeado pelo Estado e sendo este, também, o detentor das empresas de capitais públicos, não se vê como o mesmo dono possa assumir em simultâneo as duas funções. Uma situação bem mais fácil e transparente seria, sem dúvida, o Estado estar fora da gestão, atribuí-la aos privados e manter-se como entidade fiscalizadora.

Os consumidores teriam assim a certeza de que os preços dos serviços resultariam da concorrência entre empresas, que a qualidade dos serviços era directamente controlada pelos municípios a que pertenciam e cujos autarcas teriam todo o interesse em ter uma postura de defesa do cidadão, em vez de terem de defender a empresa gestora de que o município é sócio.

Quando se defendem estas ideias é-se muitas vezes acusado de estar a fazer o jogo das empresas estrangeiras, como estando a abrir-lhes as portas, enquanto que o IPE com a sua prática está a defender os Portugueses. Trata-se certamente de uma visão redutora. Uma empresa portuguesa ao associar-se a empresas estrangeiras mantém-se no mercado, adquire conhecimentos, cria empregos e pode participar num mercado onde a sua experiência é pequena.

Com a política que está a ser seguida por este Governo, não se contribui para o desenvolvimento das existentes, não se criam tecnologias nacionais. Apenas se faz engordar uma empresa pública, que atingirá um valor tal que, posteriormente, só poderá ser vendida a grandes grupos estrangeiros, pois só eles terão capacidade para a adquirir. A comparação com o que se passou com a Banca e com os Seguros é bem esclarecedora do que se irá passar com a Indústria do Ambiente em Portugal.

Voltando agora à cimeira do Ambiente do passado mês de Março cujas conclusões foram assinadas por Portugal. Nesta cimeira foi formulado um compromisso visando o

dinamismo económico e a criação de emprego – mas não à custa do Estado, pelo contrário! O artigo que José Maria Aznar, Presidente do Governo de Espanha, e Tony Blair, Primeiro-ministro da Grã-Bretanha, fizeram publicar em jornais de países da Comunidade Europeia é bem esclarecedor: “O papel dos Governos modificou-se, não devem cair no dirigismo, nem tão pouco substituir o mercado. Não devem interferir nas decisões comerciais, nem impor pesados regulamentos económicos e sociais”.

Em termos das políticas do Ambiente e do Emprego apenas posso solicitar ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Ministro do Ambiente, que seja dado seguimento às conclusões da cimeira.

Lisboa, 3 de Julho de 2000